

Religiosidade e Resistência: a CPT e as lutas camponesas

Maíra Torres Corrêa¹ - UFG

O objetivo desse trabalho é detectar alguns traços de continuidade entre o discurso da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o discurso de movimentos sociais do campo que se guiaram por uma orientação fortemente marcada por aspectos da religiosidade. O primeiro ponto a chamar a atenção é a presença de formulações utópicas na construção dos discursos que nomearam esses movimentos. Analisando alguns dos movimentos sociais da Primeira República no Brasil, percebe-se a recorrência a crenças messiânicas e/ou milenaristas. Segundo nossa visão, a forma de relacionamento entre a CPT e os movimentos camponeses do Brasil contemporâneo recria alguns dos traços do messianismo, conferindo às lutas camponesas no Brasil um aspecto de continuidade.

Os movimentos messiânicos clássicos podem ser resumidamente caracterizados pela observação de dois fatores: a presença de um líder messiânico visto como revelador de uma mensagem divina de salvação e o comportamento coletivo direcionado pela crença em um projeto de renovação social.

No Brasil, se reconhece a existência de manifestações messiânicas, sobretudo no meio rural, e, por meio dos estudos já realizados sobre esses movimentos podemos perceber que estiveram sempre ligados à revoltas contra os desmandos dos donos da terra e contra o poder de mando dos coronéis. Se partirmos dessa análise sobre os movimentos messiânicos rurais do Brasil, poderemos entender o que chamaremos aqui de *conduta messiânica* da CPT não como um fato novo, ou ainda como uma adjetivação depreciadora de sua imagem de movimento político. Mas poderemos, ao contrário, inserí-la numa rica tradição de luta pela apropriação social da terra e dos bens nela produzidos.

Algumas referências a trabalhos consagrados sobre a análise do campesinato brasileiro nos ajudam a situar o messianismo como uma possível matriz das lutas

camponesas contra o latifúndio, contra a especulação fundiária e contra a tradição política da aliança entre o Estado e as oligarquias rurais.

Contrariando as tradicionais acusações feitas por muitos contemporâneos do movimento messiânico liderado por Antônio Conselheiro que apontam o ajuntamento de Canudos como um reduto de monarquistas, José de Souza Martins argumenta que:

Ocorre, entretanto, que o movimento religioso do Conselheiro e dos camponeses que o seguiam começara muito antes do fim da monarquia. Tudo indica que era um movimento marcado por critérios de justiça que se contrapunham à justiça parcial e de classe dos coronéis. [...] No entender de Antônio Maciel, a proclamação da República era apenas a consumação da iniquidade dos fazendeiros, senhores de escravos².

Uma argumentação que reforça essa relação entre a eclosão de messianismos e situações de conflito no meio rural pode ser percebida ao observarmos a guerra do Contestado. Douglas Teixeira Monteiro sustenta que o movimento religioso do Contestado, assim como Canudos e Juazeiro, teriam uma ligação com o que é percebido como uma crise do mandonismo local e com a emergência do coronelismo³.

Para os sertanejos do planalto catarinense a instituição da República viera acirrar as arbitrariedades cometidas pelos mandatários locais que agora eram justificadas pela importância do voto na definição das posições das oligarquias rurais no âmbito político nacional. As disputas de terra agora se encontravam, mais do que antes, motivadas pelo grau de participação na cena política. No centro dessas disputas, os grupos rurais sujeitos à ética do compadrio, posseiros vítimas de expulsões pelas companhias *Brazil Railway* e *Lumber*, uma legião de desempregados da construção da ferrovia, enfim, *“tratava-se de gente que encontrava no ajuntamento uma alternativa de reconhecimento social, uma chance de obter proteção e uma possibilidade de eventuais revides”*⁴.

Os movimentos messiânicos de Canudos e do Contestado afloraram em suas regiões, guardando cada qual suas especificidades, como respostas a situações de marginalização social imposta a grupos que tinham na terra a garantia da reprodução da vida, e de seu conjunto de valores. Ambos têm em comum o fato de terem surgido em áreas que conviveram em algum momento com a realidade de fronteira econômica. Situadas em

áreas marginais da economia agroexportadora nacional, as zonas sertanejas do Nordeste e a região de fronteira entre os estados do Paraná e de Santa Catarina sofreram com o processo desordenado de ocupação territorial, resultando daí a gravidade dos problemas da terra nessas regiões⁵.

José de Souza Martins coloca bem a questão dos messianismos do início da República como efetivas lutas políticas que se orientavam por um projeto alternativo de sociedade. Conclui-se que não devemos assumi-las, então, como fenômenos locais deslocados da dinâmica política nacional, nem tampouco classificar a utopia messiânica propalada por seus líderes como um resultado da recusa da realidade, mas sim como uma projeção em nível místico da realidade nova que buscavam. Martins considera que:

A intervenção militar em Canudos e no Contestado, em defesa da ordem e do regime, constitui a mediação que fez, das guerras camponesas, guerras políticas; que arrancou as rebeliões místicas dos camponeses de sua aparente insignificância localista, municipal e pré-política, descobrindo nelas a dimensão política profunda, o perigo para a ordem constituída, o seu poder desagregador⁶.

Pode-se perceber nesses movimentos, talvez pela primeira vez na trajetória dos movimentos populares no Brasil, uma mobilização coletiva no sentido de modificar os padrões de acumulação e de uso da terra. Canudos, Contestado, Revolta dos Mucker, todos esses movimentos aglutinaram populações rurais e conseguiram extrair delas algo mais que a insatisfação com sua situação camponesa. Conseguiram canalizar essa insatisfação e dela elaborar um discurso de transgressão da ordem que se sustentava não por um programa político ou revolucionário consistente, mas pela possibilidade de vislumbrar o seu mundo em um *ser outro*.

Este é exatamente o peso da utopia presente no discurso messiânico daqueles movimentos. Os líderes messiânicos ao profetizarem a vinda de um outro “*Reino*” estavam na verdade lançando bases para possíveis formulações de projetos transformadores. Ao acenar com uma promessa de libertação do mundo e dos homens, o messianismo gerava a energia necessária para que as populações sertanejas e camponesas ousassem contestar a sociedade em que viviam. Ao contrastarem as virtudes do reino messiânico com as deficiências da realidade vivida os camponeses da Primeira República lançaram projetos de

mudança social com base nesse novo horizonte. É nisso que reside a força ativa do messianismo: na construção simbólica (discursiva) de um espaço altamente desejável. E é o desejo de habitar nesse espaço que instiga o homem a projetar sua jornada até ele e, por fim, esse projeto conduz a práticas objetivas e a ações que incidem sobre o real vivido.

O princípio da mudança está, então, na ação discursiva, no potencial que tem o discurso utópico de engendrar ações transformadoras da realidade. Contudo, a eficácia do discurso, logo da profecia messiânica, está na sua especificidade histórica. Isto é,

o próprio sentido dos discursos assenta-se em conjunturas específicas; tem sentido inerente ao momento vivenciado pela formação social onde se constitui e se aloja, e guarda coerência com as condições de produção de seus suportes. Pensar neste sentido e nesta lógica do discurso significa, também, entendê-lo como instância verbal não isolável de um quadro histórico do qual emana⁷.

A construção do discurso tem que ser capaz de enredar fatos ligados à tradição e a cultura da sociedade para a qual ele se destina. Se o conteúdo da profecia, se a configuração do espaço utópico que ela descreve forem desligados das necessidades culturais e materiais da sociedade não há porque elaborar projetos com base no seu conteúdo. Enfim, tem que haver um elo cultural entre o messias, portador do discurso utópico, e a comunidade destinada a salvar-se.

Quando assumimos que a CPT adota uma *conduta messiânica*, isto é, através de seu discurso e de sua ação pastoral ela prepara a chegada do Reino de Deus e aglutina em torno de si um movimento organizado com o fim de preparar a chegada desse reino, acreditamos que ela o faz a partir da clareza que julga ter da realidade camponesa do Brasil e da confiança de que goza junto aos movimentos camponeses, clareza e confiança que a instituição procurou consolidar ao longo de sua história.

A análise de um discurso que visa a construção de um projeto de sociedade precisa levar em conta também a ligação que esse discurso estabelece entre *projeto*, *memória* e *identidade*. Na análise do discurso da CPT podemos encontrar fragmentos do discurso em que esses três elementos se entrelaçam e, poderíamos dizer, se tornam responsáveis pela comunicação daquela instituição com os diferentes movimentos sociais do campo.

Gilberto Velho assim define essa estreita relação entre memória, identidade e projeto:

O projeto e a memória associam-se e articulam-se ao dar significado à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, à própria identidade.

[...]a memória, voltada reflexivamente de forma retrospectiva, é suplementada pela antecipação, voltada para frente, prospectivamente. A ação deliberada resulta de planejamento, do estabelecimento de um projeto, e de imaginá-lo sendo realizado, e ainda da intenção de realizá-lo⁸.

A articulação entre a memória e projeto pode ser percebida na elaboração de discursos utópicos que procuram direcionar a construção de modelos sociais alternativos. A utopia da sociedade sem classes, o reino dos céus descrito no cristianismo, as características do reino messiânico entre outras utopias sociais, de conteúdo político ou não, são construídas a partir de um duplo movimento retrospectivo-prospectivo. Esses discursos ora trabalham com o resgate de um passado mítico, da era de ouro da humanidade, da sociedade em estado perfeito, ora acenam com a chegada de um futuro redentor. Esse movimento pendular que relembra um passado ao qual se deseja retornar e, a partir dessa lembrança, projeta um futuro a ser alcançado é a essência produtora de energia para a ação social de muitos movimentos, entre eles, os movimentos messiânicos.

A conduta messiânica da CPT se expressa na divulgação de um projeto utópico de sociedade moldado pela utopia do Reino de Deus. A partir do anúncio entre os camponeses dos traços desse espaço utópico a CPT espera produzir iniciativas concretas, políticas e transgressoras que rompam com a ordem presente das coisas, vista como uma antítese do projeto do Reino de Deus e causadora da marginalização social dos camponeses, e instalem uma nova sociabilidade.

A dimensão profética da CPT e a visão da utopia do reino de Deus como modelo e inspiração para novos projetos sociais é bem ilustrada no trecho a seguir:

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), animada pelo Evangelho de Jesus, reafirma seu compromisso de se colocar a serviço da causa e do protagonismo dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na luta pelo direito de viver, trabalhar e possuir a terra, dom de Deus, fonte de vida, chão da cidadania.

[...]

Em sua ação, adota uma atitude profética de denúncia, de rebeldia contra todas as formas de opressão e com ousadia anuncia e celebra os sinais da utopia do Reino.

[...]

a CPT intensificará sua presença e ação nas bases, contribuindo com o fortalecimento do protagonismo dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais em seus processos de luta, de organização e de articulação, na perspectiva da conquista dos direitos constitutivos da cidadania e de um projeto alternativo e popular, sinal da utopia do Reino⁹.

A *conduta messiânica* da CPT se consolida a partir do momento em que ela assume que há um projeto, o projeto do Reino de Deus, e se coloca como profeta desse reino. Assim como o líder messiânico acredita-se portador de uma mensagem divina de salvação e procura, ao anunciá-la, aglutinar em torno de si um movimento organizado com o fim de preparar os homens para chegada desse momento, a CPT acredita que, ao agir como pastoral evangelizadora do campesinato, está contribuindo para a consolidação de um movimento camponês orientado para a prática da “libertação” social.

Ao reafirmar a especificidade do trabalho da CPT como um trabalho profético, o discurso da instituição acentua as marcas utópicas do projeto que acredita ser a via pela qual se dará a renovação social. A importância da dimensão profética enquanto elemento que fornece as bases de um projeto de transformação social se exemplifica na análise de Sérgio Sauer das práticas pastorais junto a acampamentos e assentamentos. Sauer destaca que:

Não lhe basta abordar os problemas do campo num registro técnico, econômico, jurídico ou político – por mais importante e necessários que sejam – porque o seu veículo de comunicação é em primeiríssimo lugar, o registro religioso. Em outras palavras, é no discurso ético e profético que a CPT precisa ser competente¹⁰.

O autor ainda argumenta que estimular a dimensão mística-religiosa no meio camponês é essencial se faz necessário, pois é essa mediação inspira nos movimentos camponeses a elaboração de projetos de um mundo a construir. Segundo Sauer,

A concepção de religião como “suspiro da criatura oprimida” a afirma como uma fonte de libertação, através da resistência e da negação simbólica da alienação imposta, pensada em um marco de um projeto utópico de sociedade que se encontra reprimido. [...]

Os sonhos, desejos ou esperanças se realizam através dos símbolos, mitos e ritos religiosos na dimensão do sagrado, constituindo-se em um horizonte para a ação e num ponto de referência de um projeto político que supera o presente¹¹.

Com o anúncio do Reino de Deus entre os camponeses a CPT não pretende fazer desse projeto descrito na bíblia, e que pode ser entendido como um projeto utópico, um modelo social a ser implantado por meio da ação organizada dos movimentos camponeses.

Na construção do discurso da CPT, percebe-se que as citações referentes ao Reino de Deus são colocadas como projeto de uma sociedade ideal, mas que a ênfase é sempre criticar um aspecto da sociedade atual a partir da comparação com aquele modelo ideal.

Newton Bignotto (1993) nos dá uma explicação acerca desse recurso discursivo ao discorrer sobre alguns aspectos d' *A Utopia*, de Thomas More. Bignotto afirma que ao conferir à sua ilha todos os aspectos do paraíso terreal, More abre um “*caminho oblíquo*” que permite que se vislumbre nele uma crítica feroz da realidade sem, contudo, assumir os contornos ideais que ele desenha como um projeto político. O autor ressalta que:

O que o pensamento utópico tem de específico é justamente o fato de alargar os horizontes da reflexão política e da crítica ao presente através da expansão das fronteiras do humano pela imaginação de novas formas de vida, que não tem necessariamente que “provar” sua exeqüibilidade, para exercer sua função de desvelamento do sentido das instituições políticas atuais¹².

De forma semelhante, o discurso utópico messiânico verificado nos movimentos rurais brasileiros que citamos, ainda que insista na crença da exeqüibilidade do reino que seria determinada não pela ação dos homens, mas por meios divinos, promove um desvelamento das formas de opressão e das estruturas que garantem a marginalização dos grupos camponeses.

O contato, através do discurso messiânico, com uma realidade marcada por novas formas de vida, novas relações sociais, novos modelos de justiça e de governo produz nos movimentos messiânicos a constatação do real vivido e de suas instituições políticas como sendo o anti-projeto do reino messiânico. O passo seguinte a essa constatação seria formular ações que possam corrigir as imperfeições verificadas. Os seguidores de Antônio Conselheiro, dos monges João Maria e José Maria não defendiam o projeto do reino messiânico como um projeto político, mas como um projeto espiritual cuja crença moldava comportamentos sociais que tinham como fim último reproduzir o espaço mítico descrito nas profecias dos messias.

Destacamos, assim, o caráter ativo do messianismo, e das utopias em geral, e o potencial mobilizador que pode converter-se em energia para os movimentos sociais

elaborarem projetos societários alternativos. Ao contrário do que afirma Douglas Teixeira Monteiro quando relaciona o messianismo a um movimento de resposta ao fenômeno mundial da expansão capitalista. O autor defende que:

Alguns dos grupos submetidos a esse processo reagiram em face do desmoronamento do mundo a que estavam habituados. Ao fazê-lo, irromperam no curso de uma histórica dramática de submissão para trilhar os caminhos da rebeldia sem projeto, ou seguir as vias místicas que lhes eram dadas, ousando assumir a condição de sujeitos¹³.

A nossa defesa é que o messianismo e os movimentos que dele derivam vão muito além da constatação resignada da submissão. A rebeldia que pode marcar esses movimentos é resultado da construção coletiva de um projeto que tem origem no próprio discurso messiânico. E quando esses movimentos colocam como norte as vias místicas que o discurso utópico lhes fornece não o fazem porque aceitam passivamente os desígnios da liderança, mas porque vêm na mensagem transmitida por aquelas um conteúdo que referencia os esquemas simbólicos que definem a produção social de sua cultura.

¹ Mestre em História / Universidade Federal de Goiás (UFG)

² MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 5ª ed. Petrópolis. Vozes, 1991, p. 52-53.

³ MONTEIRO, Douglas Teixeira. *Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado*. In: FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil Republicano: sociedades e instituições (1889 – 1930)*. 3ª ed. São Paulo. Difel, 1985, p. 42.

⁴ *Idem*, p. 83.

⁵ MARTINS, J. S. , *op. cit.*, p. 51.

⁶ *Idem*, p. 62.

⁷ MELLO, M. T. Negrão de. *Mobilização popular: um discurso*. In: SWAIN, T. N. (org.) *História no plural*. Brasília. Ed. UnB, 1994, p. 138.

⁸ VELHO, Gilberto. *Projetos e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro. Zahar, 1994, p. 101-103.

⁹ Secretariado Nacional da CPT – Carta da 11a. Assembléia Nacional da CPT.

¹⁰ SAUER, Sérgio. *Inserção e prática pastoral das Igrejas nos acampamentos e assentamentos. Desafios para a CPT*. Cadernos de Estudo da CPT/6. São Paulo. Loyola, 1993, p. 57.

¹¹ *Idem*, p. 62-63.

¹² BIGNOTTO, Newton. *Os sentidos da utopia*. In: ANDRÉS, A. (org.). *Utopias: sentidos, Minas, margens*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1993, p. 72.

¹³ MONTEIRO, *op. cit.* , p. 43.